

O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA: A RELAÇÃO ENTRE COLONOS E NATIVOS AFRICANOS NO *BOLETIM GERAL DAS COLÓNIAS* (1933-1945)

Rannyelle Rocha Teixeira⁹⁰

Artigo recebido em: 18/04/2018

Artigo aceito em: 11/06/2018

RESUMO

Tendo por base as análises do discurso encontrado na revista portuguesa, *Boletim Geral das Colónias* procura-se levar ao leitor a refletir sobre quais as atitudes de “afastamento” e “proximidade” entre colonizadores e colonizados nas colônias portuguesas na África.

PALAVRAS-CHAVES

Representação da colônia portuguesa; Colônias portuguesas em África; Nativos africanos

ABSTRACT

Based on the databases found in the Portuguese journal, the General Bulletin of the Colonies seeks to take into account the context of the "removal" and "proximity" attitudes between colonizers and colonized in Portuguese colonies in Africa

KEYWORDS:

Representation of the Portuguese colony; Portuguese colonies ; Africa African natives

* * *

O presente artigo foi elaborado a partir de um dos capítulos da dissertação de mestrado em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto,

⁹⁰ Mestra em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Portugal. Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí. <http://lattes.cnpq.br/4503843318957815>

Portugal, intitulada, A representação dos povos autóctones no *Boletim Geral das Colônias* (1933-1945)⁹¹, sob a orientação da Professora Dra. Maria Conceição Meireles Pereira. O trabalho referido assenta nos discursos e representações veiculadas pelo *Boletim Geral das Colônias* em relação aos povos nativos dos territórios coloniais africanos sob tutela portuguesa e, conseqüentemente, as próprias representações dessa colonização no tocante à relação colonizador/colonizado.

O presente estudo não procura apenas analisar as representações dos povos autóctones contidas na publicação periódica oficial, embora seja esse o seu principal foco, mas também adentrar nesse mundo que vinha se desenrolando por meio do contato entre colonizadores e colonizados, uma multiplicidade de aspectos de teor político, social, cultural e econômico, num momento particularmente sensível em Portugal, concretamente entre 1933 e 1945, que correspondem à fase inicial do regime do Estado Novo e final da II Guerra Mundial.

Na verdade, as colônias portuguesas no Ultramar na África eram uma fonte inesgotável de momentos vitoriosos e heroicos que, ao momento em que foram resgatados para a contemporaneidade, projetavam Portugal como um verdadeiro Império colonial e, assim, reafirmavam toda uma vocação civilizacional indiscutível da sua identidade. Dessa maneira, a ideia que se faz do Outro passa a ser (des)construída, no momento em que se lida com a sua alteridade, promovendo iniciativas com a intenção de domesticar tais diferenças.

Efetivamente, a análise que se faz do Outro, no caso o colonizado, teria que ser representada de forma que reunisse as razões que justificassem a missão portuguesa em suas colônias, tendo em conta a fonte histórica utilizada.

Desse modo, tais representações deveriam, portanto, beneficiar o colonizador português, em detrimento daqueles que não eram capazes de se governar. Na verdade, esse ato de civilizar exercido pelo colonizador não era visto com o único interesse de elevar seu próprio ego, mas sim para garantir que, ao civilizar, o colonizador era responsável em

⁹¹ TEIXEIRA, Rannyelle Rocha. *A representação dos povos autóctones africanos no Boletim Geral das Colônias*. Dissertação de mestrado em História Contemporânea defendida em 15 de novembro de 2016.

apresentar e oferecer um mundo melhor ao colonizado. A relação superioridade versus inferioridade de um determinado povo em relação a outro coloca-se em evidência no momento em que determinados indivíduos se julgam superiores e com o direito de dominar os que concebem como atrasados na escala civilizacional.

Para a divulgação das possessões ultramarinas, as potências europeias recorriam a todo o tipo de material para salientar as possibilidades desses novos mundos, desde conferências, congressos, documentários, feiras, exposições, periódicos, folhetos, entre outros meios. Nas primeiras décadas do século XX, alguns países europeus como Portugal e Inglaterra tinham desenvolvido mecanismos sofisticados de propaganda que conseguiam, uma altura crítica de rivalidade imperial, que a opinião pública não ficasse imune às medidas fomentistas desses países nos trópicos.

O *Boletim Geral das Colônias* foi uma importante publicação, que tratava exclusivamente dos assuntos relativos às colônias portuguesas, destacando suas riquezas ultramarinas, segundo a ideologia do Estado Novo. Visava “informar” e “esclarecer”, mas segundo a perspectiva e interesse do regime. Assim, no *Boletim* podemos encontrar resumos de relatórios e atividades oficiais; artigos anteriormente publicados em jornais e revistas nacionais e estrangeiros; diplomas legislativos e outros documentos oficiais; artigos de opinião; notícias; discursos políticos, estudos de diversa índole (estáticos, históricos, antropológicos, etc.).

Logo, as edições do *Boletim* formaram um conjunto de registros acerca dos acontecimentos da vida colonial portuguesa, sendo, portanto, um elemento para entendermos o contexto cultural, político, ideológico de uma sociedade por meio das relações entre colonizadores e colonizados, se bem que o discurso seja exclusivamente produzido e selecionado pelos primeiros.

Através do *Boletim Geral das Colônias* é possível perceber a natureza e abundância das representações da colonização portuguesa na África. O discurso insiste no pioneirismo expansionista e colonizador de Portugal de forma a criar-lhe uma atmosfera repleta de esplendor e de vitórias, onde as virtudes do lusitanismo se manifestam e evidenciam o seu legado à humanidade, tornando-o particularmente capacitado para lidar com povos não europeus; esta foi a maneira encontrada para legitimar uma ação civilizadora pela proteção

em relação aos povos autóctones, entendidos como “raças inferiores”. Diante disso, torna-se possível verificar a constante valorização da ação portuguesa que, ao primeiro contato com os povos indígenas, teriam que pôr em prática os princípios apostados em civilizar os nativos, retirando-os do estado de “barbárie” e de “selvageria” em que viviam.

A postura lusitana adotada em suas colônias africanas foi transmitida no sentido de fomentar orgulho, não apenas do seu passado, mas também do seu presente, pois à medida que era vivenciada essa realidade os caminhos e suas vivências se entrecruzavam. A colonização portuguesa teria herdado princípios essenciais do seu passado glorioso, possibilitando mobilizar os novos colonos convocados a atuarem em seus territórios ultramarinos no século XX. Os nativos, entretanto, assumiam uma posição de inferioridade em relação aos portugueses. O seu exotismo não correspondia aos fundamentos que estavam associados à existência multicultural dos povos, mas sim a uma realidade cultural e socialmente diferente em relação aos padrões civilizacionais impostos pelos portugueses.

O relacionamento entre colonizador e colonizado foi um processo lento, violento e, muitas vezes, devastador devido às exigências de uma nova cultura imposta por quem coloniza e à permanência e inércia de hábitos culturais por parte de quem foi colonizado. Esses impasses, naturalmente, dificultaram a introdução passiva dos colonos no seio das sociedades coloniais.

Segundo Teixeira (2016), a representação da colonização portuguesa no *Boletim Geral das Colônias* sublinha o pioneirismo de Portugal na grande empresa colonizadora dos vastos territórios além-mar, colonização essa marcada pelo humanitarismo e pela proteção em relação aos povos autóctones, entendidos como raças primitivas. Dessa maneira, Portugal teve um papel fundamental no que diz respeito a proporcionar aos indígenas africanos a possibilidade de melhorar sua maneira de viver e estar no mundo.

Assim, afirmando o processo de colonização portuguesa elencadas pelos valores humanitários- via que se considera ter sido aberta pela colonização lusa – Lourenço Cayolla afirma:

Fomos, pois, os primeiros, entre todos os povos colonizadores, a compreender que os pretos eram homens honestos e não bêstas de cargas, e a fundar nossa obra colonizadora na íntima cooperação dos colonos e dos indígenas, o que

constitui a maior e mais honrosa característica da nossa obra. (CASOTTI, 1933, p. 6)

Essa relação entre colonizador e colonizado foi formada por um conjunto de comportamentos, práticas e costumes que foram inseridos em uma realidade ou mesmo contexto que sofria limitações de vários tipos, onde o colono português teria tido um papel ímpar na formação e elevação de povos que estavam condenados a viver de forma desordenada e precária.

Para Bourdieu, a definição de habitus volta-se para a capacidade de uma determinada estrutura social a ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir, ou seja, define e orienta as ações como produto das relações sociais. Dessa maneira, instiga a representar as relações que os criaram, uma vez que, para Bourdieu, as práticas dos indivíduos expressam uma forma ou um estilo de vida que, enquanto conjunto, tanto os caracteriza quanto os distingue (BOURDIEU, 1997, p. 11-13).

Desse modo, o que se observa na relação entre colono e nativo nada mais é que uma ruptura nas práticas culturais, sociais relacionadas à própria identidade do indígena africano. Ao passo que o colono ganha cada vez mais espaço no ambiente nativo trazendo consigo interferências que descaracterizam todo um conjunto de elementos que fornecem informações essenciais de um povo e que de certa forma também os distinguem dos demais. Isso tornou-se prejudicial no que se refere a pureza que os povos indígenas sofreram ao longo de todo o processo imposto pelos colonizadores portugueses.

Abordado de uma forma geral, o *Boletim* contém informações sobre as colônias portuguesas evidenciando seus múltiplos povos, seus costumes, suas relações, suas culturas. Julgamos que a mensagem do *Boletim* era veiculada para dentro e para fora do território português, com uma finalidade ou lógica de construção de um espaço social.

Faz-se importante ressaltar o enaltecimento partido dos próprios colonizadores por serem eles o povo escolhido por Deus para colonizar vastos territórios e possibilitar aos povos nativos formas de vida mais seguras e com isso afastando-os da barbárie.

Primeiramente devemos nos atentar que a relação entre nativos e colonos se deu

de forma difícil, pois os indígenas africanos eram considerados hostis, difíceis de controlar e disciplinar. Essa situação justificava a necessidade de orientar os indígenas nos rumos da civilização, deixando de lado tais características. O nativo teria que seguir um caminho que os afastasse do seu primitivismo, grosseiro e violento, mas também o que representava a perda de sua ingenuidade infantil, recorrentemente atribuída aos povos autóctones. A relação da metrópole com os territórios ultramarinos colonizados implicava a negação do princípio da autonomia; impunha-se a missão de converter, ensinar e proteger o indígena, mas, sobretudo construir e assegurar a unidade do Império.

As análises de Maurice Halbwachs são importantes para a compreensão dos quadros sociais que compõem a memória. Pois, o autor salienta que lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, seja por meio de imagens ou de ideias, tornando-se indispensável o fato da construção de identidade, através da qual se evidencie uma memória coletiva ou mesma individual. Para que a memória pessoal alcance a realidade histórica, será preciso que saia de si mesma, que se coloque do ponto de vista do grupo, que possa ver como tal fato marca uma data, porque penetrou num círculo de preocupações dos interesses e das paixões nacionais (HALBWACHS, 1990, p. 61).

Nesse sentido, Halbwachs defende que a memória é um dos processos artificiais, destinado aos desempenhos de papéis sociais úteis. As lembranças que várias pessoas reuniram, ou até mesmo uma pessoa reuniu, permitem descrever os fatos ou os objetos que são vistos ao mesmo tempo e reconstituir todas as sequências dos atos e das palavras dentro das circunstâncias definidas. Para Portugal, os grandes momentos do passado foram integrados em uma sucessão de acontecimentos dando a entender que o passado poderia realmente transformar o futuro. Essa análise seletiva de acontecimentos, buscando exaltar os seus pontos positivos, cria uma memória repleta de resistências e articulações, possibilitando um cenário para legitimar a verdade.

O encontro com o diferente, o desconhecido, provoca um confronto entre culturas, costumes, em que o Outro é reconhecido por um olhar de um sujeito espacial e temporal situado. A forma como se olha o desconhecido não se movimenta num vazio referencial. Assim, a forma como se constrói a memória histórica está articulada com a cultura que rodeia os homens. O contato com o novo proporciona, em certos momentos,

lançar um olhar desvalorizado ou sobrevalorizado do que é observado. No entanto, outra atitude se pode apresentar quando o sujeito que observa crente na sua superioridade e em seu universalismo, como no caso do português, envolve uma maneira de encobrir a diversidade cultural.

Assim, para Portugal, as colônias consubstanciavam um império, não apenas territorial e comercial, mas acima de tudo cultural, sendo peça fundamental para a sua própria identidade nacional e imperial. Foi pela seleção de acontecimentos passados do seu processo histórico que se produziu uma explicação fiel das origens e dos momentos de plenitude nacional.

Nas páginas do *Boletim* podemos destacar a valorização e expansão do império colonial, pois como a grande maioria dos portugueses desconhecia as colônias, o *Boletim* pretende justamente informar, alertar o povo português sobre seus domínios ultramarinos e atrair a emigração lusa para esses territórios. Segundo a informação veiculada pelo *Boletim*, o ritmo do processo civilizador reflete-se no social dessas comunidades, pela harmonia das relações humanas, pela difusão da educação, pelo seu desenvolvimento e crescimento econômico, resultando nas estratégias de investir em um mundo novo e pelo seu interesse em um contato mais assíduo com as novas culturas. Todas essas características tornaram-se as bases das representações da colonização nos textos que foram encontrados no *Boletim* entre os anos de 1933 e 1945.

A presença dos colonos indicava a libertação do nativo da barbárie, a sua transformação em seres mais evoluídos, ao ensinar-lhes a modernidade, preenchendo-lhes o seu mundo “vazio” com os saberes da civilização. Seria esse um dos principais objetivos da missão colonial. Além disso, era necessário conhecer os diversos problemas que afetavam essas regiões e, ao mesmo tempo, procurar resolvê-los.

Segundo René Ginet, era importante destacar o que se passava no continente africano, por quem foi civilizado: “O caminho de ferro é um agente de penetração, de civilização, é por isso que fiz dele meu leit-motiv⁹²”. René Ginet faz referência à sua viagem em África com o objetivo de evidenciar o lado humano, sua obra seria uma reportagem

⁹² GINET, René – “Angola – O encanto de São Tomé”. *Boletim Geral das Colônias*. Lisboa. N° 95, Maio de 1933, p. 209-210.

vivida e verdadeira em que se preocupou em analisar a vida dos povos das regiões que conheceu, evidenciando suas alegrias e seus sofrimentos, esperanças e ilusões. Também percebeu os problemas que inquietaram essa outra parte do mundo, visto que eram realidades diferentes. Assim, o colonizador que foi para as colônias portuguesas na África conheceu as realidades distintas e distantes da sua.

Êsses dias, durante os quais vivi uma outra existência, vou, pois, tentar fazê-los reviver aos olhos e aos sentidos dos meus amigos. Na minha bagagem vem pois uma palpitante versão da África bárbara, – da imaginação de tantos. (GINET, 1933, p. 210)

Registramos também, no *Boletim* do mês de Julho de 1933, um artigo do professor Marcelo Caetano que tinha sido publicado no Diário de Notícias, de Lisboa. Este texto refere-se às diferentes visões de Portugal que os portugueses tinham em função do meio em que viviam e do seu grau de instrução, mas sublinhava que poucos o imaginavam como um país que iam das margens do Atlântico aos confins do Oceano Índico. Assim, Portugal era muito mais do que um pequeno país, era um grande Império, vasto e forte. Era preciso que todos os outros povos percebessem que os portugueses eram o que valiam, mas antes dos outros povos se conscientizarem das virtudes dos portugueses era necessário que os próprios portugueses tivessem a consciência do seu valor e da sua virtude.

A hora actual está marcando na História um momento de ferozes nacionalismos. Em tôda a parte éstes se chocam com brutalidades iniludíveis e, por todos os lados, surgem demonstrações de vigor nacional a procurar esmagar os povos mais fracos em benefício dos mais fortes. Quem quiser sobreviver a êste transe cruel da história mundial tem de apresentar-se, perante a Humanidade, em tôda a sua fôrça populacional, territorial, económica, histórica e jurídica. (CAETANO, 1933, p. 486).

Marcelo Caetano ainda chama a atenção para o fato de que muitos portugueses acabaram por esquecer quem foram, pois, além de grandes colonizadores, os portugueses tinham exercido a sua plena e indiscutível soberania através de uma obra civilizadora que foi construída pelo esforço nacional.

O trabalho dos pioneiros portugueses, desenvolvido através de tantos séculos, sôbre o Mundo por eles descobertos, a benefício da civilização, é qualquer coisa de tão formidável e surpreendente, como o gigantesco esforço dos descobrimentos e das conquistas. (CAETANO, 1933, p. 488)

Nesta conformidade, podemos perceber que Marcelo Caetano evidenciava o objetivo central da missão dos portugueses que consistia em levar o benefício da civilização

às suas conquistas. Isso tinha que necessariamente: “atrair à atividade geral toda a gente, aproveitar toda a competência, parece-nos ser, neste momento histórico que vivemos o único caminho capaz de conduzir, rápida e seguramente, à definitiva grandeza da Pátria, à consolidação eterna do nosso Império”⁹³.

O colono deveria estar consciente de suas obrigações, deveria resistir às tentações do meio, para que pudesse realizar de forma positiva a sua missão. De acordo com Rodrigues Júnior, em uma das suas obras publicadas em 1945 que abordava a questão da colonização dirigida, o colono deveria ir para o Ultramar acompanhado por sua mulher. O casal europeu, além de ser uma defesa contra as tentações do meio, tornava-se uma força para manter as energias morais e afetivas que as sustentavam. O lar do branco era um pedaço de sua terra distante dentro do mato e o indígena, por sua curiosidade, imitaria essa habitação.

A imitação é depois, para êle, uma necessidade, uma indicação para nós de que se vai afastando do seu meio primitivo, de que se torna diferente. A imitação cria necessidades. E para as manter, teremos nós de dar ao preto os meios de poder sustentá-las (JÚNIOR, 1945, p. 39).

Rodrigues Júnior deixa bem claro que o processo de colonização que aconteceu no Brasil deveria ser diferente em África, designadamente em Moçambique – a colônia que analisa – pois os portugueses pretendiam fazer de Moçambique uma província puramente portuguesa. A colonização no Brasil, de acordo com Rodrigues Júnior, passou a ser bem mais íntima, ou seja, as relações passaram a ser mais pessoais possibilitando uma mistura das raças e era exatamente isso que deveria ser evitado nas colônias portuguesas em África.

Fica evidente que os portugueses queriam na África o contrário do que aconteceu no Brasil. Queriam o distanciamento necessário para que a colonização não perdesse seu viés principal, e que se devia evitar a miscigenação dos portugueses com os nativos. Rodrigues Júnior faz um parêntese nas palavras de Gilberto Freire em que analisa a posição dos portugueses que não queriam uma colonização dominando as populações nativas,

⁹³ CAETANO, Marcelo – “O império português e os portugueses”. *Boletim Geral das Colônias*. N° 97, Julho de 1933, p. 488.

misturando-se com elas e se envolvendo com a mulher de cor, a mulher nativa

O autor Marc Ferro em sua obra intitulada, *História das colonizações*, afirma que no processo de civilização o papel do colonizador era elevar as demais populações, subalternas, à superioridade do seu saber-fazer e também da sua ciência. O ato de colonizar sugeria um ato nobre, pleno e ao mesmo tempo uma obrigação para o colono. Termo que podemos associar ao “fardo do homem branco” do poeta britânico Rudyard Kipling esse “fardo” consistia em civilizar o mundo e o colonizador, fosse ele português, espanhol ou inglês. Esta tarefa de civilizar significava que, no fundo, os outros eram considerados representantes de uma cultura inferior e que cabia aos colonizadores da raça branca educá-los e formá-los, sempre mantendo certas distâncias; contudo, a colonização do homem branco tinha como principal característica a bondade em educar as raças consideradas inferiores.

Por meio dos textos dos primeiros descobrimentos e conquistadores, que as características essenciais da história da colonização já estavam presentes, como que em embrião, e que depois apenas se desenvolveram. Lá encontramos a conversão, a troca desigual, a violência sexual, uma visão do outro que se faz dele ora um outro que se deseja assimilar cristianizando-o ora um escravo. (FERRO, 1996, p. 55).

Na concepção da ideologia colonialista, o impulso colonizador português proporcionou a base da civilização e da prosperidade dos povos africanos. Assim, todas as relações que foram desenvolvidas entre colonos e nativos permitiriam a elevação dos povos autóctones africanos, que viviam de forma primitiva, e somente com a intervenção do colono poderiam obter chances que modificassem tais costumes vistos como bárbaros.

Em Outubro de 1934, o artigo “Carácter da colonização portuguesa”, divulgado pelo *Diário de São Paulo*, que foi transcrito pelo *Diário Português*, do Rio de Janeiro, faz alusão ao processo de colonização que se deu nas colônias portuguesas. Segundo este artigo, nenhum outro colonizador foi tão eficaz quanto o português, apenas ele “seria capaz de implantar sob os trópicos uma civilização de caráter e estilo europeu⁹⁴”.

Na África, a colonização fez-se a custo de trabalho. Os portugueses não se limitaram a colonizar apenas por uma sedimentação da administração, mas passaram a

⁹⁴ “Carácter da colonização portuguesa”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 112, Outubro de 1934, p. 261.

desempenhar também o esforço manual. O autor insiste que o colono português impôs-se à estima dos africanos, sem recurso à violência, procurou manter a disciplina pelo exemplo e pelo caráter: trabalho e catequese.

Assim, em 1935, o *Boletim* publica um artigo chamado “A língua e o preto” de Rui de Noronha, destacando a língua como um dos principais fatores que mais contribuíram para o processo de colonização e, sobretudo, o relacionamento entre colonizadores e colonizados.

A língua, sabemos todos nós, no que respeita a colonização, é dos factores que mais contribui para os estreito entendimento dos colonizados e dos colonizadores. Só depois dela vêm os costumes, o orgulho das tradições, numa palavra, a pátria. (NORONHA, 1935, p. 186).

Todo o nativo que estava em contato com o colono, fosse dentro de suas casas fossem nas oficinas, tinham que aprender a língua do colonizador. De início apenas as gesticulações foram os meios de comunicação para que se pudessem entender um ao outro. Para o autor, aos poucos essa realidade foi sendo modificada, pois os colonos deveriam preencher as lacunas do processo de civilização nas colônias portuguesas na África.

Desde o primeiro dia que o preto entra para a casa do branco a trabalhar, a preocupação do branco deve ser ensinar-lhe a língua para que ele o compreenda bem, e ensinar-lhe o melhor possível, tal como ele a sabe, como ele a fala. Só assim é que ele lhe poderá inculcar o verdadeiro sabor da língua, fazer com que ele cada vez procure aprendê-la mais e divulgá-la por esse interior além. (NORONHA, 1935, p. 187).

Para tanto, o ensino da língua tornou-se superior em relação aos outros aspectos que foram explorados devido às relações entre colonos e nativos, sendo essa a principal preocupação dos colonizadores que atuavam em suas colônias ultramarinas africanas. No momento em que o nativo passou a aprender e a utilizar a língua do colono, ele atravessou sua condição de primitivismo para acessar o status cultural do colonizador português.

Os portugueses nunca implantaram dentro do seu processo de colonização um método privativo e unilateral de colonização, pelo contrário procuraram aperfeiçoar todos os contatos que pudessem nascer entre colonos e nativos, procuravam também não apenas desconsiderar qualquer intuição ou experiência que pudessem realizar em seus territórios ultramarinos. Por tudo isso, o colonizador nada mais era do que um colaborador e fazia parte do seu dever aperfeiçoar e melhorar a vida selvagem dos povos autóctones.

Em 1937, o *Boletim* divulgou na “Secção Estrangeira” um artigo intitulado “A assimilação das raças”, de Tauaent (anteriormente publicado na *Revue des Questions Coloniales et Maritimes – Paris*), que retrata o contato assíduo entre as duas raças (branca e negra), em consequência da aproximação entre os colonos e os nativos. Segundo o autor, era preciso cuidado de ambas as partes, pois cada raça possuía seus próprios costumes e crenças pelo qual se essa relação não fosse bem conduzida poderia ter consequências graves.

Ora se é difícil compreender pessoas do mesmo país, que falam a mesma língua, vivem a mesma vida, com a mesma educação, que dizer quando se trata de homens que não têm, por assim dizer, o quer que seja de comum conosco, cuja estrutura mental difere profundamente da nossa (TAUAENT, 1937, p. 152).

Os homens que estavam sendo inseridos em crenças ou mesmo em culturas diferentes foram aos poucos se penetrando em realidades distintas das suas e procuravam modificar os hábitos que eram exercidos por determinadas populações. Para o autor: “Os indígenas não compreendem a nossa civilização como nós não compreendemos a deles⁹⁵”. A colonização está diretamente ligada às relações entre colonizadores e colonizados, pois resulta exatamente do movimento de homens e de modos de civilização, em territórios muito diferentes. Assim, foi através da colonização que a valorização da terra por meio da agricultura, as intervenções financeiras, culturais e sociais fizeram parte da nova realidade do povo autóctone.

Este artigo escrito por um estrangeiro é, na verdade, um testemunho da ideologia colonialista da época, moldado, sobretudo por uma visão ultraconservadora, considerando que europeus e africanos eram povos radicalmente diferentes, aqueles muito superiores, pelo que o processo de colonização deveria adaptar os nativos à civilização ocidental, mas nunca assimilá-los, pois isso, a seu ver, era impossível.

Em 1940, o *Boletim* divulga um artigo, denominado “O branco e o indígena na colonização”, colhido da edição de 7 de Novembro do jornal *Diário de Luanda*, que analisava a relação que assentava principalmente nos trabalhos agrícolas que precisavam da colaboração dos nativos que habitavam esses territórios, designadamente em Angola ou Moçambique. A substituição do nativo pelo colono era algo impossível nas colônias

⁹⁵ TAUAENT – “A assimilação das raças”. *Boletim Geral das Colônias*. N.º 148, Outubro de 1937, p. 152.

portuguesas na África, pois o clima e o solo foram importantes elementos que categorizavam e separavam os dois povos, vindo a tornar o indígena um componente primordial de riqueza em favor da economia e prevenção para o futuro.

Esse contato entre colonizadores e colonizados foi necessário, pois era preciso não somente ensinar o nativo a trabalhar, mas, sobretudo promover o relacionamento com o colono e com isso passar a entender e praticar a colaboração no que se refere à exploração da terra e ver o colono como um orientador para o aperfeiçoamento dos seus processos.

Margarida Ribeiro, no seu texto, *Uma História de Regressos, Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, acredita que a colonização na África passava pela expectativa de criar outro império que eventualmente poderia vir a ser mais poderoso do que o do Brasil. África ganha notoriedade a partir dos estudos e das viagens de exploração promovidos pela Sociedade Geografia de Lisboa (SGL), dos quais resultaram vários debates e publicações. A divulgação da imagem de Portugal como uma potência colonial era promovida nos manuais escolares e através de iniciativas como as da Agência Geral das Colônias (AGC) e da SGL, designadamente por meio de filmes e documentários, através da rádio, dos concursos literários, dos cruzeiros de estudantes às colônias e da participação em exposições e congressos nacionais e internacionais.

Os exemplos de textos encontrados no *Boletim* são maioritariamente de textos onde se figuram visões dos conjuntos que compõem os territórios ultramarinos, possibilitando assim uma abordagem cultural da história da colonização portuguesa onde a noção da representação e as relações entre colonizadores e colonizados são apresentadas e como construíram, influenciaram e utilizaram o seu imaginário em torno do Império.

Entendemos que o pensamento colonial em Portugal foi marcado por uma questão essencial para o futuro do Império, pois cada colono tinha como tarefa principal que envolvia em elevar a condição do nativo, assim, o colonizador levava consigo para as colônias todos os aprendizados, os quais eram considerados essenciais para melhorar a vida do nativo em todos os sentidos que pudessem alcançar. E, assim, passou a condicionar as diversas ideias sobre os espaços africanos e, com isso, nas análises feitas no *Boletim* constatamos que a principal preocupação dos portugueses eram os modelos de colonização que deveriam adotar.

De acordo com Silva Costa, em sua obra, *Da barbárie à Civilização: Representações do Espaço Africano na propaganda colonial Portuguesa do primeiro quartel do Século XX*, o principal problema da colonização era o seu caráter tropical, principalmente o encontrado na África Equatorial, visto como elemento limitador da fixação dos europeus; para muitos deles apenas a mão de obra indígena era capaz de fazer prosperar a agricultura.

Já para Orlando Ribeiro, em seu trabalho, *A colonização da Angola e seu fracasso*, a colonização portuguesa nesse território saldara-se por um fracasso, o qual era preciso compreender para evitar a repetição dos erros aí praticados pela colonização lusitana. O colono português era visto como o patrono do território, cabendo a ele o dever de educar o mundo indígena; daí uma administração que privilegiava a construção de vias de comunicação para que existisse um comércio efetivo entre os entrepostos comerciais no litoral.

Outra imagem, que recorrentemente se pode encontrar nos textos do *Boletim*, é a da dificuldade de desenvolvimento dos territórios africanos segundo parâmetros europeus, devido à ignorância e fraqueza dos seus habitantes. O continente africano é, em grande medida, um espaço de desordem e incivilizado no qual os europeus deveriam ser a ordem e uma presença civilizadora. O objetivo de civilizar os povos indígenas se intensificou com as mudanças dos hábitos, tradições e organização social, tornando assim a terra do Ultramar cada vez mais portuguesa.

Em 1936 foi publicado no *Boletim* um artigo do Dr. Marques Mano sob o título, “A questão africana e o sentido da colonização portuguesa”; esse artigo na verdade, foi um discurso proferido por Marques Mano, na tentativa de expor todas as características, todos os elementos e adversidades presentes na colonização portuguesa em seus territórios ultramarinos africanos. O que mais chama a atenção são as análises feitas no tópico que trata sobre “O branco e o negro na visão económica de África”:

Se reduzirmos a visão de África ao aspecto exclusivamente económico, verificamos como convém, quanto à população, que essa disposição se mantenha. A grande riqueza de África é a raça própria que a habita. Sem a sua resistência natural e imunidade relativa, a produção africana ficaria por colher;

sem o seu nível de vida, o preço dela elevar-se-ia tanto, que não poderia concorrer com o da produção do resto da zona tropical; em qualquer caso, a África seria pouco mais do que inútil ao Mundo. O primeiro cuidado de uma acção colonizadora com consciência dos seus meios não é o de a substituir, mas, pelo contrário, o de a multiplicar, fortalecer e industrializar. Assim o exigem as condições gerais da economia africana; e assim o temos feito.

Devemos empregar, decerto, um esforço tenaz e violento para povoar as nossas grandes colónias, ocupando quanto por natureza ou indústria se adapte à vida do colono europeu. Mas empregamos êsse esforço para assegurarmos, de uma vez para sempre, a nacionalidade portuguesa dessas colónias, e não para colocar o excedente da produção metropolitana. (MANO, 1936, p. 53).

Para Marques Mano a raça indígena era vista como uma raça atrasada, e que foi por meio da modesta integração do colono que os nativos puderam entender o valor do trabalho, modificando seus hábitos; decididamente cabia ao colono o papel de direcionar o indígena em suas diversas atividades.

Diante disso, a principal preocupação da obra colonizadora portuguesa foi a de ensinar, e mesmo moldar o indígena, através de adaptações que viessem a melhorar a vida simples e primitiva do povo autóctone. Obter esse resultado só era possível através do contato entre nativos e colonos.

Com o processo de colonização, os nativos aos poucos foram sendo introduzidos no novo sistema de organização colonial, passando a desempenhar as mais diversas funções, que iam desde a vigilância até à direção do colonizador.

Também Silva Rego, em seu artigo intitulado “Colonização”, que foi publicado no *Boletim* em Novembro de 1944, diz que “o homem colonial devia ser cheio de boas intenções, doçura e ilustração⁹⁶”, ou seja, é apresentado como um modelo de heroísmo, bondade e coragem.

Não. A colonização não vai contra nenhum princípio da humanidade. A conquista, a invasão, a dominação violenta tudo isso não pode entrar na denominação de “colonização”, pois segue outros fins e orienta-se segundo outras bases. Colonizar é elevar, transportar o indígena suave e firmemente para um plano superior. (REGO, 1944, p. 129).

Assim, os textos contidos no *Boletim* ressaltam que era preciso um distanciamento

⁹⁶ REGO, Silva – “Colonização”. *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa. N° 233, Novembro de 1944, p. 129.

entre os colonos e nativos. O seu padrão discursivo nos vários textos era semelhante, visto que a essência desses discursos se voltava para um esclarecimento perante a população e tudo que fazia parte das colônias.

Diante do que já foi explanado, podemos constatar que o reconhecimento das tipologias de representação da colonização portuguesa e dos autóctones africanos no *Boletim Geral das Colônias* que formaram a propaganda acerca da colonização nos ajudou a compreender o papel destas nas (re)criações dos diversos mitos face ao império colonial português. A análise levantada nos principais discursos e artigos encontrados no *Boletim* sobre esse tema possibilitou um olhar mais aprofundado e um maior conhecimento das realidades, ações e percepções sobre os territórios coloniais, assim tentando alterar concepções e imaginários negativos. A verdade é que pela propaganda disseminaram-se novos estereótipos sobre os espaços, na medida em que se privilegiaram as figurações do agente colonizador. Além disso, a relação entre colonizador e colonizado se deu de diversas maneiras, entre elas pela evangelização, pela catequese, pelo trabalho, pela educação, pela língua.

Dentro do *Boletim*, as relações entre nativos e colonos pareciam estar diretamente ligadas ao controle e modificação das mentalidades dos povos autóctones ou mesmo das representações do negro africano. A alteridade ganha espaço no momento em que o dominador afirma os seus argumento para se impor em relação ao Outro. O fato é que o desinteresse pela realidade autóctone fosse ela social ou cultural, era latente. O Império português visava elevar a vida do nativo – por meio da oficialização da língua portuguesa, da educação a vários níveis, da promoção econômica, da religião cristã – mas era preciso certo distanciamento entre as duas realidades, ou seja, a relação entre nativo e colono não deveria ultrapassar os limites considerados necessários para o benefício de ambas as partes.

O colonizador avalia o Outro pelos padrões da sua civilização. O quadro civilizacional em que os indígenas estavam inseridos deveriam ser combatidos e substituídos pelo dos colonizadores. A identidade dos povos autóctones sofreu processos drásticos de transformação, sendo gradualmente desenhada pelo contato com o colonizador. Contudo, o discurso colonial português articula-se por meio do contato harmonioso entre colonizador e colonizado, que converte o indígena num objeto

privilegiado pelo elo que cria com o colonizador, revelando-se uma manobra positiva e de grande satisfação que tornou melhor a vida simples do colonizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas. Sobre a teoria da acção**. Editora Celta, Oeiras. 1997.
- COSTA, Nuno Silva. **Da barbárie a Civilização: Representações do Espaço Africano na propaganda colonial Portuguesa do primeiro quartel do Século XX**. *Africana Studia*. Issue 14, p. 297-311. 2000.
- FERRO, Marc. **História das colonizações: das conquistas às independências dos sécs. XIX e XX**. Lisboa: Editora Estampa. 1996.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro. 2006.
- JÚNIOR, Manuel Rodrigues. **Aventura do Mato e colonização dirigida**. Lisboa. Estudo de Assuntos Coloniais. 1945.
- RIBEIRO, Margarida Calafate. **Uma História de Regressos, Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo**. Porto: Edições Afrontamento. 2004.
- RIBEIRO, Orlando. **A colonização da Angola e seu fracasso**. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1981.
- TEIXEIRA, Rannyle Rocha. **A representação dos povos autóctones africanos no Boletim Geral das Colónias**. (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2016.